

ARTIGOS

Projeto Caminhos do Trabalho: descrição e análise da experiência de implementação na Universidade Federal de Uberlândia(UFU), Minas Gerais

Project Caminhos Do Trabalho: description and analysis of the implementation at the Federal University of Uberlândia (UFU), Minas Gerais

Patrícia Vieira Trópia

Universidade Federal de Uberlândia
<https://orcid.org/0000-0003-0500-4978>

Rosemeire Salata

Universidade Federal de Uberlândia
<https://orcid.org/0000-0001-5699-9827>

Beatriz Propheta Falleiros

Universidade Federal de Uberlândia
<https://orcid.org/0000-0001-7090-5321>

Erik Castro Dantas

Universidade Federal de Uberlândia
<https://orcid.org/0009-0000-1359-2947>

Larissa da Silva Fernandes

Universidade Federal de Uberlândia
<https://orcid.org/0009-0000-8004-7690>

Lavínia Cristina da Silva Martins

Universidade Federal de Uberlândia
<https://orcid.org/0000-0001-6349-7155>

Maria Eduarda Martins Oliveira

Universidade Federal de Uberlândia
<https://orcid.org/0000-0002-1662-7292>

Maria Luiza Nunes Gentil

FUNDACENTRO

<https://orcid.org/0009-0006-8589-1210>

Natália França Gatti Lopes

Universidade Federal de Uberlândia

<https://orcid.org/0000-0002-2255-4982>

Pedro Henrique Nunes Gentil

FUNDACENTRO

<https://orcid.org/0000-0003-3328-3484>

Rafaela Pereira Anelvoi

Universidade Federal de Uberlândia

<https://orcid.org/0000-0003-1531-3977>

RESUMO: Este artigo analisa a implementação do Projeto Caminhos do Trabalho na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A pesquisa adota abordagem descritivo-analítica e reúne dados dos atendimentos realizados entre novembro de 2023 e junho de 2025, período em que 36 trabalhadores(as) foram acolhidos(as). Observou-se predominância de mulheres, maioria jovem e negra, com níveis variados de escolaridade. Os atendimentos concentraram-se sobretudo nos setores de teleatendimento, avicultura e abate de animais, onde foram identificados principalmente transtornos mentais e comportamentais e doenças osteomusculares, frequentemente relacionadas à organização e às condições de trabalho. A implementação enfrentou desafios institucionais, como a ausência inicial de profissionais jurídicos e médicos e a necessidade de ampliação das estratégias de divulgação. Conclui-se que o projeto tem fortalecido o acesso ao reconhecimento do nexos causal, gerado CATs e dossiês técnico-científicos, ampliando a inserção universitária nas ações de vigilância em saúde do trabalhador.

Palavras-chave: Caminhos do Trabalho. Adoecimento laboral. Nexos causal.

ABSTRACT: This article analyses the implementation of the *Caminhos do Trabalho*, project developed at the Federal University of Uberlandia (UFU). The research adopts a descriptive-analytical approach and gathers data from consultations carried out between November 2023 and June 2025, a period in which 36 workers were assisted. There was a predominance of women, most of whom were young and black, with

varying levels of education. The consultations focused mainly on the call center, poultry farming and meat slaughter sectors, where mental and behavioural disorders and musculoskeletal diseases were mainly identified, often related to the organisation and working conditions. The implementation faced institutional challenges, such as the initial absence of legal and medical professionals and the need to expand dissemination strategies. It is concluded that the project has strengthened access to the recognition of the causal link, generated CATs and technical-scientific dossiers, and expanded university involvement in occupational health surveillance actions.

Key-words: Caminhos do Trabalho. Illness at work. Causal link.

1. INTRODUÇÃO

As dificuldades enfrentadas por trabalhadores(as) brasileiros(as) na obtenção do nexos causal entre trabalho e doença são de diferentes ordens. Começam com a própria concepção dominante, que restringe a causalidade da doença a disfunções biológicas, ocultando a determinação social da saúde e o caráter histórico do processo saúde-doença (Almeida Filho, 2004). O conhecimento das causalidades sociais da doença deve ser buscado no modo característico de adoecer e morrer nos grupos humanos (Laurell, 1982). A identificação do nexos causal trabalho-doença constitui, assim, um desafio, pois pressupõe a superação de uma visão restrita, embora dominante, no campo da saúde. Conforme Ribeiro (2024) “os adoecimentos relacionados ao trabalho não resultam de qualquer defeito ontogenético ou de caracteres depreciativos, de natureza biológica ou psíquica, mas de maneira objetiva do processo e da organização do trabalho” (Ribeiro, 2024, p. 4). O predomínio daquela concepção repercute na atuação em saúde e nas próprias perícias que tendem a reduzir a questão do nexos apenas ao binômio trabalho/vida pessoal, desconsiderando as transformações do mundo do trabalho.

O processo de ocultação do adoecimento laboral tem também como causa a prática empresarial de não emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e de encaminhamento dos empregados ao INSS como se tivessem adoecimentos sem relação com o trabalho (Filgueiras, 2017). Trata-se de um padrão de gestão empresarial que inverte a responsabilidade pela causalidade da doença. Além da não

emissão de CAT, regularmente há dispensa do trabalhador adoecido ou recém-retornado ao trabalho após afastamento, razão pela qual os trabalhadores temem reivindicar seus direitos.

Segundo dados do Ministério da Fazenda no *1o. Boletim Quadrimestral sobre Benefícios por Incapacidade*, no período 2012-2016, de um total de 7.168.633 auxílios obtidos por trabalhadores, 83,5% são auxílio-doença comum (B31), enquanto 16,5% são auxílio-acidentário (B91) (BRASIL, 2017). O levantamento também mostra que predominam lesões, envenenamentos e outras consequências de causas externas (Capítulo XIX da CID) (31,04%), seguido por Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo (Capítulo XIII) (19,18%) e Transtornos mentais e comportamentais (Capítulo V) (8,97%). Tomando-se a concessão de auxílio-doença comum e acidentário por Transtornos Mentais e Comportamentais (Capítulo V CID10) (N=667.482), 7,9% foram de natureza acidentária e 92,1%, comum.

Os casos apurados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) estão muito aquém do número real de vítimas, já que um percentual significativo da acidentalidade não é notificado no Brasil, e até acidentes fatais não são comunicados. Santana, Nobre e Waldvogel (2005) concluem que o nível de sub-registro é surpreendente e varia entre 39% e 81,9%, a depender da região. Em referência ao *Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho*, a FUNDACENTRO (2024) publicou um Manifesto em que contabiliza, no período 2012-2022, 6.774.543 de acidentes do trabalho, que levaram a 2.293.297 afastamentos acidentários no país. Esses acidentes resultaram em 25.492 mortes, aproximadamente uma morte a cada 3 horas e meia. Segundo o Observatório de Saúde e Segurança no Trabalho (SmartLab), no ano de 2022, foram registradas 612.920 notificações de acidentes, dentre os quais 148.775 com emissão de CAT, e 2.538 acidentes de trabalho com óbito. Além da grandeza, a subnotificação ocorre em todos os setores econômicos (Santana, Nobre, Waldvogel, 2005; Gonçalves, Ramos, 2010; Baldo, Spagnuolo, Almeida, 2015). A subnotificação acarreta agravos na vida do trabalhador: restringe seus direitos e benefícios, diminui o pagamento de tributos pelas empresas ao Estado e mascara as reais condições de trabalho, afetando a elaboração de políticas públicas.

Se os direitos dos trabalhadores à Seguridade Social lhes são negados, ao arrepio da Constituição de 1988, é preciso que essa realidade seja transformada, razão pela qual foi criado o Projeto Caminhos do Trabalho, em 2017, na Universidade Federal da

Bahia (UFBA). Os resultados positivos obtidos pelo Projeto levaram à sua nacionalização em 2023. Em 2025, o Caminhos do Trabalho Brasil constitui uma rede, composta por dezoito unidades, a maioria das quais em universidades federais. O projeto também conta com o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) (Fracarro et al., no prelo).

O objetivo deste artigo é discutir a implementação do Projeto Caminhos do Trabalho na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sua dinâmica de funcionamento, os resultados alcançados e o modo como se articulam extensão, pesquisa e ensino.

2. MÉTODOS

Dinâmica dos atendimentos e desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão.

Trata-se de um estudo de natureza descritiva, configurado como um relato de experiência ampliado sobre a implementação e funcionamento do Projeto Caminhos do Trabalho na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A análise abrange o período compreendido entre novembro de 2023 e junho de 2025, correspondente aos atendimentos registrados no projeto.

Os atendimentos ocorreram no Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, no Hospital de Clínicas da UFU (HC) e em ambiente remoto, conforme disponibilidade e necessidade dos(as) trabalhadores(as).

As fontes de dados utilizadas foram os formulários sociojurídicos e clínicos preenchidos durante a pré-triagem, atendimentos e discussões de caso; registros internos do projeto; e informações obtidas nas etapas de acompanhamento dos(as) trabalhadores(as). Foram incluídos(as) todos(as) os(as) trabalhadores(as) que procuraram espontaneamente o projeto ou foram identificados(as) por busca ativa, desde que concordassem com o atendimento e com o uso das informações para fins acadêmicos e de sistematização. Não houve critérios formais de exclusão além da recusa em participar ou não assinatura do TCLE.

O projeto segue as normas éticas vigentes para pesquisa e extensão em saúde e conta com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, registrado com o número (CAAE

75554023.1.1001.5492), recebendo o Parecer: 6.536.070. Todos(as) os(as) participantes, que participarem da coleta de dados, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os atendimentos aos trabalhadores(as) em Uberlândia ocorrem em quatro fases. A primeira é a pré-triagem do(a) trabalhador(a) que entrou em contato com o projeto. Nesse momento é realizada uma avaliação para determinar se o projeto pode efetivamente atender às queixas e se o(a) trabalhador(a) preenche os critérios para avançar para as etapas seguintes. Preenchidos os critérios, é realizado o agendamento do atendimento.

A segunda etapa consiste no atendimento do(a) trabalhador(a), que pode ser presencial ou remoto. Ele ocorre em dois momentos. Primeiro, há o atendimento sociojurídico, conduzido pelos bolsistas dessa área. Nessa etapa, é feita a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), simultaneamente ao preenchimento do formulário de triagem. Posteriormente, o formulário de atendimento sociojurídico é preenchido, permitindo entender todas as nuances da atividade laboral do trabalhador, assim como as relações no ambiente de trabalho.

A seguir, ocorre o atendimento médico, conduzido pelos bolsistas da área da saúde. Nesta fase, são aplicados dois questionários: levantamento de riscos e elementos subclínicos e a avaliação do adoecimento. Nesse momento, é realizada uma avaliação do(a) trabalhador(a), por meio de perguntas direcionadas. Paralelamente aos questionários pré-estabelecidos, os estudantes da área da saúde buscam conhecer o trabalhador de forma integral, realizando anamnese ocupacional a fim de compreender o adoecimento e preestabelecer, ou não, onexo ocupacional.

A terceira etapa consiste em uma discussão de caso. Nesta fase, o bolsista da área da saúde que conduziu o atendimento realiza discussão de caso com a preceptoria médica do projeto. Nos primeiros meses, essa discussão era realizada de forma remota com a Profa. Dra. Andréa Silveira, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Após a contratação de uma preceptoria local para Uberlândia pela FUNDACENTRO, esta discussão passou a ser feita com a médica do Projeto na UFU. Com base na análise da anamnese ocupacional, determina-se se há nexo ocupacional no adoecimento do(a) trabalhador(a). Caso confirmado, há a emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), elaboração de laudo médico, orientação jurídica, preparação de dossiê para processos judiciais e administrativos junto ao INSS, encaminhamento para

equipamentos públicos de atenção à saúde, de acordo com as necessidades específicas de cada trabalhador(a). Por fim, a quarta fase visa acompanhamento contínuo, auxiliando na resolução da demanda do(a) trabalhador(a) ao longo do tempo.

A abordagem analítica adotada integrou procedimentos qualitativos e quantitativos, articulando a descrição estatística do perfil sociodemográfico e ocupacional dos(as) trabalhadores(as) atendidos(as) com a análise temática das informações clínicas, laborais e sociojurídicas. Essa combinação permitiu identificar padrões de adoecimento e elementos associados à subnotificação.

3. RESULTADOS

O Projeto Caminhos do Trabalho na UFU: implementação e arranjos institucionais

A implementação do Projeto Caminhos do Trabalho na UFU teve início em julho de 2023, com a tramitação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a FUNDACENTRO e a UFU. Esse acordo estabeleceu as bases para o desenvolvimento do Projeto Caminhos do Trabalho Brasil, cujo objetivo geral é mapear e combater a subnotificação das doenças e acidentes relacionados ao trabalho entre trabalhadores assalariados, formais e informais, por meio de atendimentos médicos, psicológicos e jurídicos.

Além do objetivo geral, o ACT definiu um conjunto de objetivos específicos que orientam a execução do projeto. Entre eles, destacam-se: realizar atendimentos com foco no possível diagnóstico da relação entre o adoecimento e o trabalho; sistematizar a literatura pertinente aos setores econômicos e ocupações atendidas; efetuar investigações dos casos à luz dos dados primários trazidos pelos trabalhadores; emitir documentos e notificar órgãos competentes sempre que constatado nexo entre trabalho e adoecimento; montar uma base de dados com as informações primárias obtidas nos atendimentos, aplicando tratamento qualitativo e quantitativo ao material; identificar características dos agravos e padrões de subnotificação por ocupação e setor; produzir estimativas de subnotificação considerando dados oficiais e resultados dos atendimentos; avaliar cada caso e realizar encaminhamentos aos órgãos competentes ou prestar apoio direto em processos administrativos e judiciais; e estabelecer sinergias

com outras instituições para qualificar as fontes de análise e os produtos das investigações realizadas.

Oficialmente instituído, iniciou-se, em outubro de 2023, o Processo Seletivo para composição da equipe local, que selecionou dez estudantes da UFU. O apoio técnico-administrativo do INCIS e da PROEXC foi fundamental para orientar a tramitação institucional, viabilizar a inscrição do projeto no Sistema de Informação de Extensão (SIEX), preparar o edital, executar a seleção e implementar as bolsas. A coordenação nacional do Caminhos do Trabalho também teve participação decisiva desde a formalização do ACT até o início das atividades em Uberlândia.

As ações iniciaram-se em 16 de outubro de 2023, sob coordenação da Profa. Dra. Patrícia Vieira Trópia, conforme previsto no Plano de Trabalho. A equipe inicial era composta pela coordenadora, três estudantes de pós-graduação e sete estudantes de graduação. Apesar das tentativas de articulação com o curso de Medicina da UFU, não foi possível contar, naquele momento, com a participação de docentes médicos. Com a saída de três pós-graduandos, a equipe passou a atuar com sete bolsistas de graduação, estabelecendo-se a perspectiva de contratação de um bolsista de pós-graduação da área do Direito.

A ausência de formação específica em Direito foi suprida por meio de cooperações institucionais: a equipe da UFBA ministrou uma oficina aos bolsistas da UFU, e o Prof. Dr. Humberto Bersani, da Faculdade de Direito da UFU, ofereceu workshop sobre Direito do Trabalho e Previdenciário. Mesmo diante dessas dificuldades, o projeto alcançou importantes avanços. Em fevereiro de 2024, passou a ser também coordenado pela Profa. Dra. Rosemeire Salata (INCIS/UFU). No mesmo ano, a FUNDACENTRO, em parceria com o CNPq, lançou o Edital 02/2024 para seleção de bolsistas, possibilitando a contratação de um médico para atuação no projeto. Após o processo seletivo, a Dra. Maria Luiza Gentil passou a integrar a equipe da UFU em setembro de 2024, e, nesse mesmo período, o advogado, Dr. Pedro Nunes, foi contratado pela FUNDACENTRO, fortalecendo significativamente o eixo sociojurídico do projeto.

A consolidação institucional permitiu que o projeto avançasse para uma nova etapa. Em 24 de janeiro de 2025, iniciaram-se as atividades dentro do Hospital de Clínicas da UFU, viabilizadas por Acordo de Cooperação nacional entre FUNDACENTRO e EBSEH. A partir desse momento, a dinâmica de funcionamento passou da captação

espontânea de casos para a busca ativa. Os bolsistas foram organizados em equipes sociojurídica e médica e a identificação de potenciais casos passou a ocorrer por meio da análise sistemática de prontuários nos setores de Pronto-Socorro, Cirúrgica I, Cirúrgica II e Ambulatório, incluindo especialidades como ortopedia e traumatologia. Além das ações de busca ativa, o projeto também passou a receber casos encaminhados por equipes de enfermagem e médicos residentes. Quando identificado um possível nexos entre trabalho e adoecimento, o atendimento é iniciado com o preenchimento dos formulários clínicos, seguido do agendamento para atendimento sociojurídico, realizado semanalmente às sextas-feiras no HC-UFU.

Dando vida ao projeto: o caminho do Caminhos do Trabalho em execução na UFU

As primeiras atividades da equipe de Uberlândia foram de caráter formativo. No primeiro mês de execução, os bolsistas participaram de ações imersivas de ensino, por meio de encontros online organizados em parceria com outras equipes do projeto nacional. As aulas foram ministradas por docentes convidados e integrantes do projeto de diferentes instituições brasileiras.

A formação inicial teve como objetivo apresentar a trajetória do projeto, especialmente a desenvolvida na UFBA, e alinhar os estudantes à temática central por meio de leituras, debates, aulas expositivas e análise de casos. Os conteúdos abordaram desde temas amplos — como aspectos jurídicos da Justiça do Trabalho, elementos da Saúde do Trabalhador e determinantes socioeconômicos — até tópicos mais específicos, incluindo fluxogramas de atendimento, estudos de caso e atividades práticas de emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Concluída essa etapa, as ações passaram a ocorrer localmente, com reuniões semanais entre docentes e discentes envolvidos no Projeto Caminhos do Trabalho UFU.

Nessas reuniões, são repassados informes gerais, definidos pontos de pauta e realizados encaminhamentos referentes à dinâmica do projeto. Para consolidar a implementação do projeto na UFU, estruturou-se uma estratégia abrangente de divulgação voltada à captação do público-alvo. Em novembro de 2023 iniciou-se a divulgação para a comunidade externa, inicialmente direcionada a trabalhadores de call center, em parceria com representantes do SINTELL de Uberlândia. Embora a iniciativa tenha gerado impacto inicial, os atendimentos logo estabilizaram, motivando

a diversificação das estratégias de divulgação. Foram então produzidos panfletos (Figura 1), cartões de visita e banners com informações essenciais sobre o projeto.

Figura 1 – Panfleto para divulgação



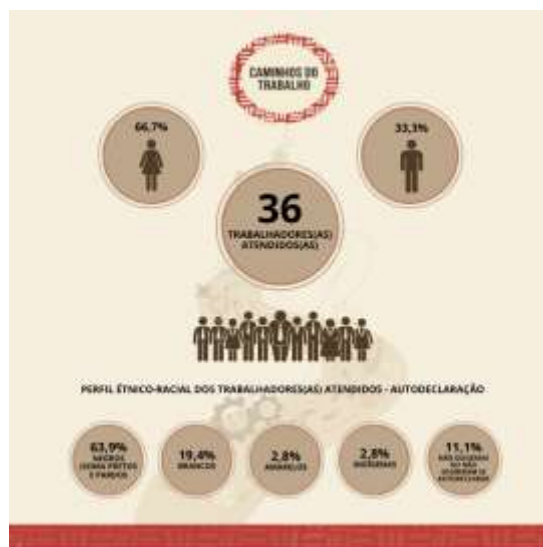
Fonte: Elaboração própria.

Foram, a seguir, realizadas ações de divulgação em locais estratégicos com intenso fluxo de trabalhadores, como o Terminal Central de Uberlândia, pontos de ônibus específicos e espaços públicos, como praças e parques. O esforço contínuo da equipe na divulgação do projeto resultou em um aumento na procura e agendamentos de novos atendimentos. Houve também a divulgação do Projeto em matérias publicadas no *Comunica UFU*; no *Jornal Diário de Uberlândia* e na *TV Integração*, ampliando sua visibilidade. Em todos os meios de divulgação mencionados, os trabalhadores foram orientados a entrar em contato através de aplicativos de mensagem ou ligação telefônica para registrar suas queixas e manifestar interesse em receber atendimento. Ao final do mês de novembro, surgem os primeiros contatos com trabalhadores, cujos atendimentos ocorrem na primeira quinzena de dezembro.

Categorias profissionais, perfil dos atendidos e casos de adoecimentos laborais.

Durante os meses de novembro de 2023 e junho de 2025, 36 trabalhadores (as) acometidos (as) por adoecimentos laborais foram atendidos (as) pelo Projeto Caminhos do Trabalho UFU¹. Do total de trabalhadores (as) atendidos (as), 66,7% são mulheres e 33,3% homens. Quanto ao perfil étnico-racial, 63,9% se autodeclararam negros (soma de pretos e pardos), 19,4% brancos, 2,8% amarelos, 2,8% indígenas e 11,1% não souberam ou não quiseram se autodeclarar.

Figura 2 – Perfil sociodemográfico dos trabalhadores(as) atendidos(as)



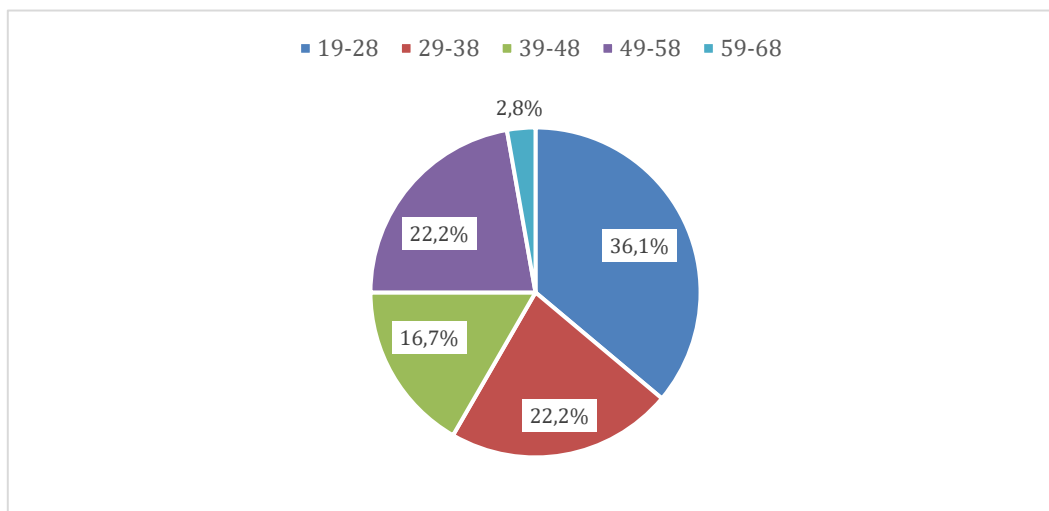
Fonte: Elaboração própria.

A idade média dos (as) atendidos (as) é de 36,6 anos. A faixa etária que concentra a maioria dos (as) atendidos (as) é de 19 a 28 anos, perfazendo 36,1% do total, como

1 Como assinalamos anteriormente, o projeto também atende trabalhadores dentro do HC da UFU. Todavia neste artigo, estamos analisando tão somente o perfil dos adoecimentos laborais. O projeto Caminhos do Trabalho iniciou as atividades dentro do Hospital de Clínicas da UFU, atendendo trabalhadores acidentados. De janeiro a junho de 2025, foram captados (as) 58 trabalhadores (as), dentre os quais 30 aceitaram participar do projeto e foram integralmente atendidos, enquanto 28 trabalhadores desistiram, não aceitaram ou não foram contactados após alta médica. Dentre os (as) trabalhadores (as) que aceitaram participar do projeto, foram 15 acidentes típicos, 14 de trajeto e 1 adoecimento laboral. Dentre os trabalhadores (as) que sofreram acidentes típicos (N=15), 23,1% são pedreiros e 23,1% motofretistas, os demais se dividem entre as seguintes ocupações: serralheiro, motorista caminhão, ajudante geral fabricação de carne, cartazeiro, ajudante de motorista carregador carga, auxiliar técnico de montagem, trabalhador rural e operador de compactadora

mostra o gráfico abaixo. Nesta faixa etária, 46,1% dos (as) trabalhadores (as) atendidos (as) exercem a função de “Operador de Telemarketing”. As faixas etárias de 29 a 38 anos e de 49 a 58 anos concentram, cada uma, 22,2% do total dos atendidos.

Gráfico 1 – Trabalhadores (as) atendidos (as) pelo Caminhos do Trabalho UFU, segundo Faixa Etária



Fonte: Elaboração própria. Caminhos do Trabalho UFU.

Em relação ao nível de escolaridade, 22,2% das pessoas atendidas possuem ensino superior completo, 27,8% ensino superior incompleto ou equivalente e 33,3% ensino médio completo ou equivalente. O nível de escolaridade dos (as) trabalhadores (as) atendidos (as) até o momento, revela que o projeto atinge uma significativa parcela de trabalhadores com escolaridade elevada. Tal predominância é multicausal, pois tem relação com a atividade econômica (CNAE) e com a ocupação (CBO) dos(as) atendidos(as), bem como com a atuação do Projeto predominantemente no ambiente universitário.

No que diz respeito à atividade econômica, o gráfico abaixo aponta o predomínio de trabalhadores(as) atendidos(as) com vínculo com empresas classificadas como “Atividades de Teletendimento” (30,5%), seguidos de “Produção de pintos de um dia” (11,1%), “Matadouro - abate de suínos sob contrato” (5,5%), “Atividades de organizações associativas patronais e empresariais” (5,5%) e “Carga e Descarga” (5,5%).

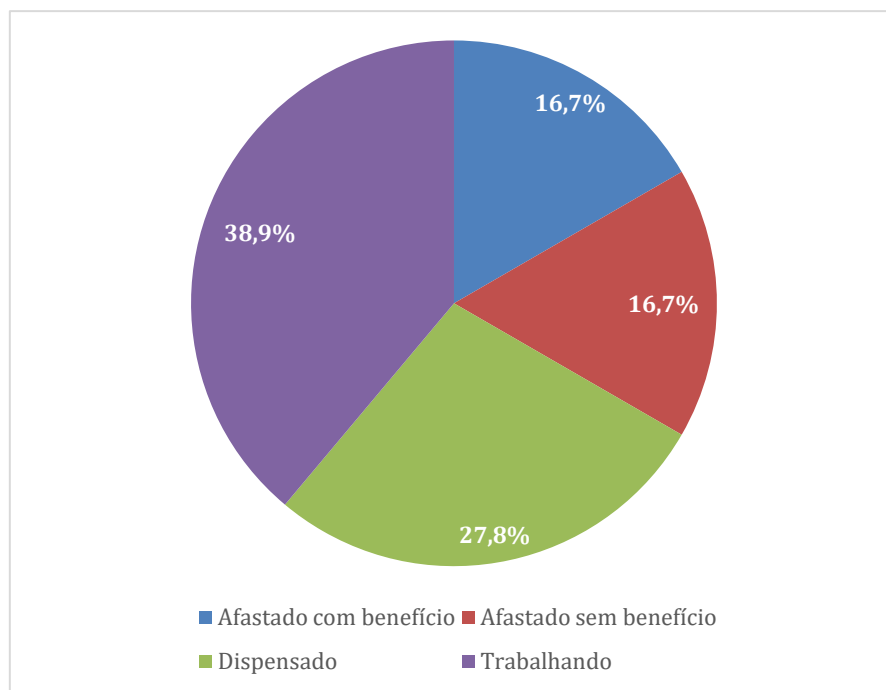
Tabela 1 – Trabalhadores (as) atendidos (as) pelo Caminhos do Trabalho UFU, segundo Setor de Atividade Econômica (CNAE)

Setor de Atividade	N
Atividades de teleatendimento	11
Produção de pintos de um dia	4
Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	2
Carga e descarga	2
Matadouro - abate de suínos sob contrato	2
Serviços de assistência social sem alojamento	1
Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química	1
Educação Superior - graduação e pós graduação	1
Ensino Fundamental	1
Limpeza em prédios e em domicílios	1
Atividades de consultoria em gestão empresarial	1
Bares e outros estabelecimentos especializados em	1
Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	1
Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios	1
Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos hortaliças e legumes frescos	1
Instalação e manutenção elétrica	1
Fabricação de produtos farmoquímicos	1
Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	1
Extração de petróleo e gás natural	1
Não informado	1

Fonte: Elaboração própria. Caminhos do Trabalho UFU.

Em relação à situação ocupacional, 38,9% estavam trabalhando quando foram atendidos (as), 16,7% estavam afastados (as) com auxílio, 16,7% sem auxílio e 27,8% tinham sido dispensados (as). Dentre os (as) trabalhadores (as) afastados (as) com auxílio, 83,3% obtiveram Auxílio Previdenciário (B31) e 16,7% Auxílio Acidentário (B91).

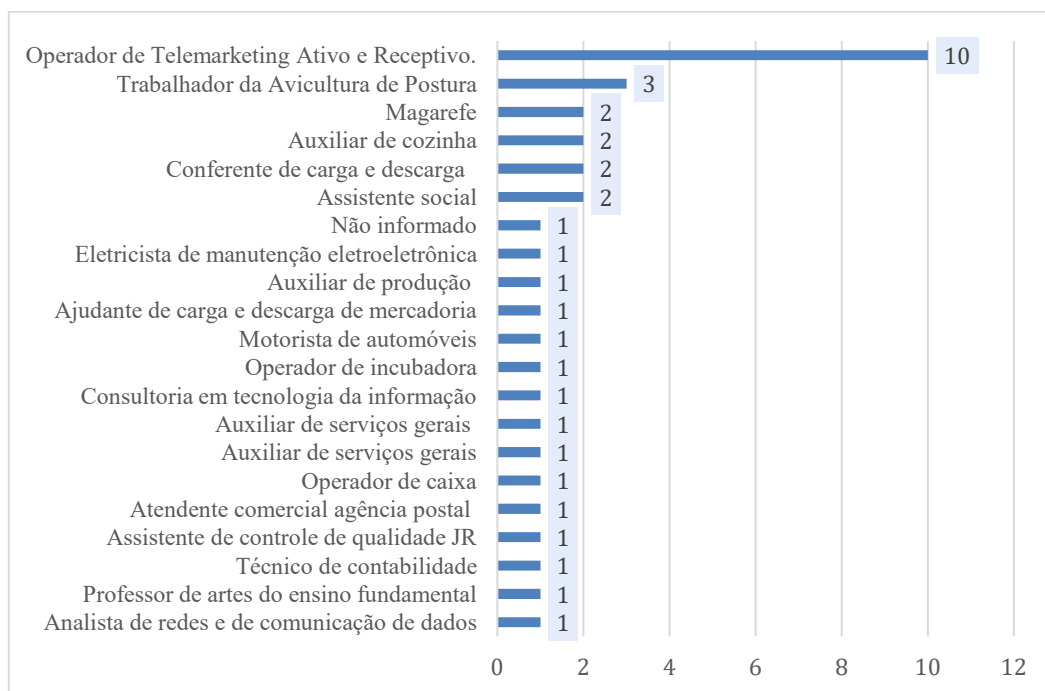
Gráfico 2 – Trabalhadores (as) atendidos (as) pelo Caminhos do Trabalho UFU, segundo situação ocupacional



Fonte: Elaboração própria. Caminhos do Trabalho UFU.

Tomando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), 27,8% dos (as) atendidos (as) pelo Projeto desenvolvem atividades de “Operadores de telemarketing”. Por sua vez, 8,3% eram “Trabalhadores da Avicultura de Postura”, 2,8% “Operadores de incubadora” e 5,5% “Magarefe”, que é uma ocupação típica de abate de carnes, o que representa uma parcela significativa dos trabalhadores atendidos que desenvolvem atividades relacionadas ao abate de animais (16,6%).

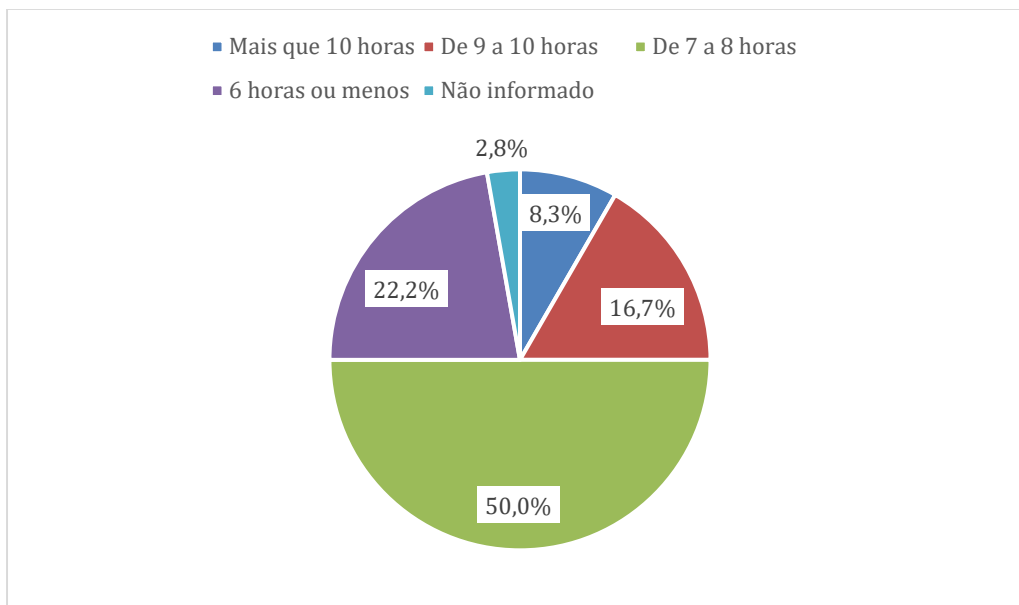
Gráfico 3 – Trabalhadores (as) atendidos (as) pelo Caminhos do Trabalho UFU, segundo CBO



Fonte: Elaboração própria. Caminhos do Trabalho UFU.

A jornada de trabalho dos (as) atendidos (as) está assim distribuída: 22,2% “6 horas ou menos”, 50,0% de “7 a 8 horas”, 16,7% “De 9 a 10 horas” e 8,3% trabalham “Mais de 10 horas”.

Gráfico 4 – Trabalhadores (as) atendidos (as) pelo Caminhos do Trabalho UFU, segundo Carga-horária



Fonte: Elaboração própria. Caminhos do Trabalho UFU.

Tomando o CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde), 38,8% dos(as) atendidos(as) pelo projeto estão acometidos por doenças da família “F00-F99 Transtornos mentais e comportamentais”, sendo mais frequentes as categorias “F41 – Outros transtornos ansiosos” e “F33 – Transtorno depressivo recorrente”, enquanto 41,7% têm diagnósticos da Família “M00-M99 Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo”.

4. DISCUSSÃO

Os resultados do Projeto Caminhos do Trabalho – UFU evidenciam um padrão consistente de adoecimento relacionado ao trabalho, particularmente entre trabalhadores(as) inseridos(as) em setores historicamente marcados por altas cargas físicas e psíquicas, como teleatendimento, avicultura e atividades de abate e processamento de carnes. A predominância desses segmentos entre os atendidos reflete não apenas as condições laborais locais, mas também tendências estruturais observadas no estado de Minas Gerais.

O contexto estadual reforça a gravidade do cenário, uma vez que Minas Gerais é a segunda Unidade da Federação com maior número absoluto de Acidentes de Trabalho. Em 2022, registraram-se 63.815 Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT),

conforme dados do INSS/CATWEB. No mesmo ano, o estado contabilizou 270.415 concessões de auxílio-doença, das quais apenas 17.227 tiveram reconhecimento de nexos laborais (B91), enquanto 253.188 foram classificadas como benefícios comuns (B31). Assim, para cada 10 auxílios concedidos em Minas Gerais, aproximadamente 9 são comuns e apenas 1 é acidentário, evidenciando um padrão persistente de subnotificação ou não reconhecimento do nexo causal.

No plano municipal, Uberlândia — com 713,2 mil habitantes segundo o Censo Demográfico de 2022 — apresenta indicadores que reforçam o quadro de vulnerabilidade ocupacional. A cidade registrou a incidência de 159 casos de acidente de trabalho por 10.000 trabalhadores, além de 7 mortes relacionadas ao trabalho por 10.000 trabalhadores (INSS/CATWEB; MTE/RAIS, 2021).

Entre 2012 e 2022, foram emitidas 72.299 CATs, de acordo com o Observatório de Saúde e Segurança no Trabalho (SmartLab). Somente em 2022, contabilizaram-se 3.423 CATs, número que mantém Uberlândia entre os municípios com maior volume de registros formais no país.

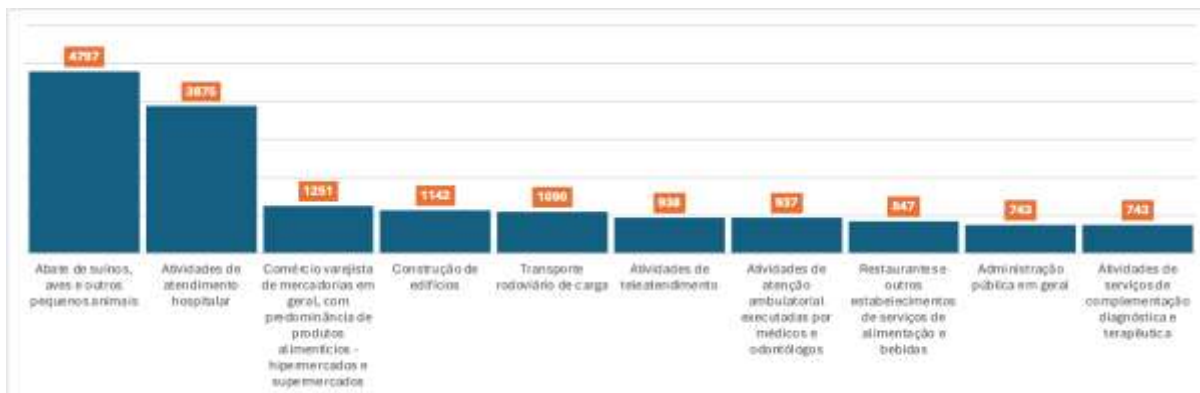
Gráfico 5 - Comunicações de Acidente de Trabalho em Uberlândia, por ano (2012-2022)



Fonte: SmartLab. Elaboração própria.

Os dez setores econômicos com maior percentual de CATs, no período 2012-2022, são apresentados no gráfico abaixo.

Gráfico 6 – Comunicações de Acidente de Trabalho em Uberlândia, por setor econômico (2012-2022)



Fonte: SmartLab. Elaboração própria.

Dentre os setores com maior número de CATs emitidas, destaca-se em primeiro lugar o de “Abates de suínos, aves e outros pequenos animais”. A literatura aponta alta incidência de acidentes e adoecimentos nesse segmento, cuja organização do trabalho é influenciada por modelos de gestão orientados à maximização da produtividade. Tais modelos impõem ritmos intensos, metas frequentemente inalcançáveis e redução dos períodos de descanso (Machado, Murofuse, Martins, 2016). Inseridos nessas condições, os trabalhadores enfrentam jornadas extenuantes, pressão por desempenho e um ambiente patogênico. As tarefas repetitivas, as posturas inadequadas, a exposição a temperaturas extremas e o uso de equipamentos perigosos elevam o risco de lesões, estresse e ansiedade, favorecendo o desenvolvimento de transtornos mentais e comportamentais.

Na sequência, figura o setor de “Atividades de atendimento hospitalar”, caracterizado pela periculosidade decorrente da exposição a materiais biológicos e químicos. A elevada accidentalidade se explica, por um lado, pela própria natureza da profissão, que envolve notificação compulsória; por outro, pelos impactos da pandemia, que ampliou drasticamente os agravos, tornando o biênio 2021–2022 o período de maior número de acidentes. Em terceiro lugar aparece o setor de “Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – hipermercados e supermercados”, seguido pela “Construção de edifícios”, historicamente reconhecida pela alta accidentalidade. Dados da Associação Nacional de Medicina do Trabalho

indicam que a construção civil ocupa o primeiro lugar em incapacidade permanente, o segundo em mortalidade (atrás apenas do transporte terrestre) e o quinto em afastamentos superiores a 15 dias.

O setor de “Atividades de Teleatendimento” aparece na sexta posição do gráfico analisado. Os adoecimentos mais frequentes nesse segmento estão relacionados a riscos ocupacionais específicos e envolvem principalmente doenças osteomusculares, transtornos psíquicos, distúrbios de fonação e problemas auditivos (Souza; Barros; Figueiras, 2017). Esses agravos resultam das particularidades da gestão do trabalho nos call centers, que exige constante habilidade cognitiva, elevada carga de atendimentos, pausas insuficientes e forte estímulo à produtividade por meio de divulgação do desempenho e bonificações por metas (Souza; Barros; Figueiras, 2017). Como será apresentado adiante, este é também o setor que concentra o maior número de trabalhadores(as) atendidos(as) pelo projeto Caminhos do Trabalho UFU.

Nogueira (2006) aponta que cerca de 70% da força de trabalho dos call centers é composta por mulheres e 45% é formada por jovens entre 18 e 25 anos. Bonini et al. (2021) identificam que 49% dos trabalhadores de call centers em um município do interior de São Paulo tinham ensino superior completo — perfil compatível com as demandas de linguagem e, por vezes, exigência de domínio de língua estrangeira. O projeto também acolheu trabalhadores(as) de outras categorias profissionais que tradicionalmente demandam ensino superior, como professores e assistentes sociais.

A significativa presença de trabalhadores(as) do teleatendimento atendidos pelo projeto reflete as características adoecedoras dessa atividade. Conforme já discutido, a tendência ao adoecimento — sobretudo transtornos mentais — decorre da estrutura organizacional dos call centers, marcada por padronização rígida, ritmo intenso, pausas insuficientes e estímulo constante à produtividade (Venco, 2005, 2009; Nogueira, 2006; Souza, 2007). As pressões cotidianas têm resultado em quadros de depressão, LER/DORT, tendinites e dores lombares e cervicais associadas à má postura. Em Uberlândia, tais condições levaram uma empresa de call center a implementar ginástica laboral como tentativa de mitigação (Souza, 2007, p. 73).

No Brasil, a indústria frigorífica compreende o abate e fabricação de produtos de carne (CNAE 10.1). A literatura sobre esse setor é extensa e descreve um conjunto variado de riscos ocupacionais: acidentes típicos relacionados ao ambiente e aos

equipamentos, riscos físicos (frio, calor, ruído, umidade), biológicos (bactérias, vírus), químicos (amônia, sanitizantes), ergonômicos e psicossociais (esforço físico, ritmo acelerado, trabalho em turnos, pressão, estresse) (Barbosa; Maia; Oliveira, 2022). DalMagro et al. (2016) descrevem que a organização do trabalho nessas indústrias combina elementos dos modelos taylorista-fordista e japonês, resultando em atividades repetitivas, ritmos intensos e forte vigilância sobre o trabalhador. O setor apresenta elevado número de afastamentos e, devido à sua relevância, tem sido foco do Ministério do Trabalho desde o fim da década de 1990. A inclusão dos frigoríficos na pauta da Comissão Nacional de Ergonomia (CNE/Mtb), instituída em 2000, culminou na Portaria n.º 555/2013 (NR-36), que busca garantir condições de trabalho mais seguras diante da alta incidência de adoecimentos e acidentes, muitos dos quais permanecem não notificados.

Em relação ao trabalho no setor da avicultura, Fagnani (2014) demonstra que os trabalhadores responsáveis por atividades como higienização, preparo de instalações, manejo, seleção e classificação de aves, incubação e controle sanitário apresentam, em geral, baixa escolaridade, vivenciando o trabalho “como aflição” (p. 116). A organização produtiva divide-se entre o matrizeiro — que abrange a recria e a produção de ovos — e o incubatório, responsável por receber os ovos e encaminhar pintinhos aos aviários (Fagnani, 2014, p. 117). A sexagem, atividade desempenhada por trabalhadoras atendidas pelo Caminhos do Trabalho UFU, consiste na separação de machos e fêmeas recém-nascidos. Embora a agilidade seja aperfeiçoada com o tempo, trata-se de tarefa que exige permanecer seis horas em pé repetindo o mesmo movimento, monitorado por sensores que contabilizam a produtividade (Fagnani, 2014, p. 120). As conclusões do estudo mostram que a rotina intensa, somada às condições ambientais, contribui para adoecimentos físicos, mentais e pulmonares, cujo nexos causal frequentemente é ocultado ou negado pelo setor — achado confirmado pela equipe do projeto a partir dos atendimentos realizados.

Formação, Integração e Impactos da Tríplice Missão Universitária no Projeto Caminhos do Trabalho – UFU

O projeto contempla de maneira articulada a tríade ensino, pesquisa e extensão. No âmbito do ensino, destaca-se o aprofundamento da dimensão social relacionada aos adoecimentos físicos e mentais, promovido por leituras, discussões e pela prática semanal dos atendimentos. A compreensão do cenário contemporâneo de precarização

do trabalho, marcado por terceirizações, informalidade, intensificação produtiva e diferentes modelos de gestão, constitui elemento formativo central. Soma-se a isso o desenvolvimento de competências essenciais para o projeto, como o domínio teórico e prático acerca donexo causal entre saúde/adoecimento e trabalho. A análise detalhada da história clínica e ocupacional, associada à investigação de riscos presentes nos ambientes laborais, possibilita identificar fatores que comprometem a saúde dos trabalhadores. Já a avaliação dos riscos físicos, químicos, biológicos, mecânicos, psicossociais e organizacionais permite contribuir para a proposição de medidas preventivas e para a mitigação de agravos futuros.

A compreensão da realidade laboral de Uberlândia, especialmente no que tange aos acidentes de trabalho, é importante balizador para nossas ações e compõe uma dimensão essencial do projeto, que é o levantamento de dados e pesquisa científica que embasa nossos atendimentos. Assim, para executá-los a contento, a equipe do projeto é composta atualmente por estudantes de diferentes áreas. São três estudantes de graduação do curso de Medicina, uma estudante de graduação de Relações Internacionais, dois estudantes de graduação em Ciências Sociais e uma estudante do curso de Enfermagem. A composição multidisciplinar da equipe confere ao projeto capacidade de atendimento a diferentes demandas dos trabalhadores.

A integração de estudantes de diferentes áreas do conhecimento amplia perspectivas e fortalece uma formação que ultrapassa as grades curriculares tradicionais. No caso da formação médica, o projeto estimula um olhar crítico sobre como contextos laborais impactam a saúde dos trabalhadores. A imersão na saúde do trabalhador permite um entendimento ampliado das relações de trabalho, qualificando a condução da anamnese ocupacional, o manejo de agravos relacionados ao trabalho, a emissão de CATs e a atuação futura em Medicina do Trabalho com maior segurança, autonomia e sensibilidade social.

O contato direto com trabalhadores(as) em situação de vulnerabilidade também favorece o desenvolvimento de habilidades humanísticas e comunicativas. Ao acompanhar trajetórias de adoecimento e orientar sobre direitos trabalhistas e possibilidades jurídicas, os integrantes do projeto ampliam sua compreensão das dimensões éticas, sociais e subjetivas envolvidas no cuidado integral. Essa experiência ressalta a importância da empatia e da escuta qualificada, bem como o papel social da universidade pública.

A interação entre universidade e comunidade, estimulada pelo caráter extensionista do projeto, contribui para uma formação crítica e socialmente referenciada. No campo das ciências humanas, o adoecimento e sua subnotificação são compreendidos como fenômenos multicausais, atravessados por desigualdades históricas, pressões produtivas, desconhecimento de direitos e limites institucionais. Os trabalhadores enfrentam desafios que incluem o reconhecimento de seus sintomas, a identificação da relação com o trabalho e o medo de perder o emprego, além da dificuldade de acesso a orientação jurídica e institucional. Tais elementos explicam a persistência da subnotificação e reforçam a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que articule saúde, ciências sociais e direito.

O projeto também se constitui como espaço privilegiado de articulação entre teoria e prática. A vivência cotidiana evidencia a conflitualidade entre capital e trabalho, contribuindo para a formação crítica dos estudantes e para o delineamento de trajetórias profissionais futuras. Além de promover transformações objetivas, como o acesso a direitos, a documentação de agravos e o enfrentamento da subnotificação, o projeto fomenta mudanças subjetivas, como senso de pertencimento, satisfação pessoal e engajamento com o objetivo coletivo. Ao mesmo tempo, exige um trabalho organizado, sistemático e comprometido, que respeite as demandas dos(as) trabalhadores(as) e as especificidades da atuação em uma instituição pública como a UFU.

Como se observa, a tríade ensino, pesquisa e extensão não apenas estrutura o Projeto Caminhos do Trabalho – UFU, mas se retroalimenta de forma contínua. Não se trata de ações unidirecionais, e sim de um fluxo permanente de troca de saberes e práticas. Esse intercâmbio se concretiza por meio de estratégias diversas: divulgação em espaços públicos e redes sociais, diálogo com sindicatos e, sobretudo, pelos atendimentos realizados semanalmente.

Durante os atendimentos, as orientações médicas e sociojurídicas prestadas aos trabalhadores baseiam-se no conhecimento científico consolidado nos campos da saúde, das ciências sociais e do direito. Esse embasamento possibilita que os atendidos compreendam seus direitos, relatem suas experiências e identifiquem nexos entre suas condições de trabalho e os agravos físico-psíquicos vivenciados. A partir desse repertório, são conduzidos procedimentos como a emissão de CAT e a elaboração de dossiês.

Com a expansão do projeto, pretende-se estruturar um banco de dados próprio que viabilize pesquisas sobre acidentes, adoecimentos e padrões de (sub)notificação em diferentes setores econômicos e ocupações de Uberlândia/MG. Até o momento, o Caminhos do Trabalho – UFU produziu oito dossiês e emitiu vinte CATs referentes aos casos analisados, contribuindo para o reconhecimento de direitos e para o enfrentamento da ocultação donexo causal entre trabalho e adoecimento.

5. CONCLUSÕES

Os dados apresentados reforçam a relevância do Projeto Caminhos do Trabalho no contexto local de Uberlândia/MG, ao evidenciar um cenário de adoecimento laboral concentrado entre trabalhadores(as) inseridos em setores marcados pela precarização e por condições de trabalho que favorecem o desenvolvimento de agravos à saúde. Embora os avanços já alcançados demonstrem a efetividade da iniciativa, permanece o desafio de ampliar o alcance do projeto entre grupos historicamente vulnerabilizados, sobretudo aqueles com menor escolaridade, inseridos em ocupações formais ou informais e mais expostos a violações de direitos trabalhistas (Galvão & Krein, 2019; Colombi et al., 2022). Essa demanda evidencia a necessidade de estratégias de comunicação e mobilização social ainda mais abrangentes, capazes de garantir que informações essenciais cheguem a todos os segmentos da classe trabalhadora.

O processo de atendimento ofertado pelo projeto, estruturado nas etapas de Triagem e Consentimento, Atendimento e Questionários, Avaliação Especializada e Acompanhamento Continuado, tem se mostrado fundamental para identificar agravos à saúde relacionados ao trabalho, estabelecer possíveis nexos causais e orientar encaminhamentos adequados. A emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), quando indicada, representa uma importante ferramenta para o reconhecimento institucional dos agravos e para a garantia de acesso a direitos previdenciários e trabalhistas. De igual modo, a elaboração do dossiê técnico, que reúne informações detalhadas sobre o percurso laboral, sintomas, condições de trabalho e fundamentação teórica, constitui instrumento robusto de documentação, capaz de subsidiar ações administrativas, judiciais e intervenções intersetoriais.

Apesar das contribuições do estudo, é necessário reconhecer algumas limitações que condicionam a interpretação dos achados. Em primeiro lugar, o perfil dos trabalhadores atendidos reflete majoritariamente aqueles que acessaram

espontaneamente o projeto ou foram alcançados por nossas estratégias de busca ativa. Mesmo assim, o alcance dessas ações permanece restrito, dado o tamanho reduzido da equipe e a capacidade operacional limitada, o que pode resultar em representação desproporcional de determinados grupos.

Além disso, parte substancial das informações obtidas deriva de relatos individuais e de memórias de longa duração, o que pode introduzir vieses de recordação e percepção, sobretudo em situações de adoecimento complexo, múltiplos vínculos ou trajetórias laborais fragmentadas. Soma-se a isso o contexto estrutural de subnotificação dos agravos relacionados ao trabalho no país, que reduz a disponibilidade de dados objetivos e fragiliza a comparação direta com registros oficiais.

Dessa forma, embora os resultados ofereçam importantes indicações sobre padrões de adoecimento e violações laborais em Uberlândia, eles devem ser interpretados à luz dessas restrições metodológicas e contextuais. Tais limitações reforçam a necessidade de desenvolver estudos mais amplos, contínuos e articulados aos sistemas formais de vigilância em saúde do trabalhador, de modo a ampliar a precisão diagnóstica, fortalecer a produção de evidências e qualificar a intervenção pública no campo.

À luz dos resultados apresentados, ao fortalecer a produção de dados qualificados, fomentar práticas interdisciplinares e ampliar o acesso dos trabalhadores(as) ao reconhecimento e à reparação, o Projeto Caminhos do Trabalho – UFU contribui não apenas para a proteção social e sanitária individual, mas também para o aprimoramento das ações de vigilância, fiscalização e formulação de políticas públicas no campo da saúde do trabalhador. Nesse sentido, sua atuação reafirma a relevância de iniciativas universitárias comprometidas com a integração entre ensino, pesquisa e extensão, capazes de produzir conhecimento aplicado, intervir na realidade concreta e colaborar para a construção de condições laborais mais dignas, seguras e socialmente justas. Trata-se, portanto, de um esforço contínuo que evidencia o papel transformador da universidade pública na defesa dos direitos da classe trabalhadora e na promoção de uma sociedade menos desigual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-FILHO, Naomar. Modelos de determinação social das doenças crônicas não-transmissíveis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(4):865-884, 2004.

BALDO, Renata; SPAGNUOLO, Regina; ALMEIDA, Idelberto. O Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE) como fonte de informações de acidentes de trabalho em Londrina, PR. *Revista Brasileira De Saúde Ocupacional*. São Paulo, 2015.

BONINI, Luci M.; COSTA, Luiz Antonio Pereira da.; PRADOS, Rosália Maria Neto; DI MAURO, Renata Giovanoni. Formação Profissional de Trabalhadores de Call Centers e Telemarketings. *Revista Inovação, Gestão e Tecnologia*. Dezembro de 2021, v. 1, n.1, 2021.

BRASIL, Ministério da Fazenda. 1o. Boletim Quadrimestral sobre Benefícios por Incapacidade - Doença mental e trabalho. 2017. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/04/1%C2%BA-boletim-quadrimestral.pdf>. Acesso 23 jun 2024.

COLOMBI.; Ana Paula Fragnani; CAMPOS, Anderson; GALVÃO, Andréia; AMORIM, Eliane; RIBEIRO, Flávia; DIAS, Hugo; KREIN, José Dari; TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Panorama do sindicalismo brasileiro no Brasil: 2015-2021*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

FAGNANI, Lucineia. Trabalho e trabalhadores na avicultura: experiências de operários na Unidade de Produção de Pintainhos, Cooperativa Agroindustrial Lar (2006-2013). Dissertação de Mestrado. Unioeste, 2014.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo et al (org). *Saúde e Segurança do trabalho no Brasil*. Brasília: Gráfica Movimento, 2017.

FILGUEIRAS, Vitor; VILAS BOAS, Victória. Nota de pesquisa: projeto caminhos do trabalho. *Cadernos do CEAS*, Salvador/Recife, v. 46, n. 254, p. 665-687, 2021.

FRACARRO, Gláucia. et al., Implementação do projeto “Caminhos do Trabalho”: uma unidade referência em Santa Catarina. No prelo.

GALVÃO, Andréia; KREIN, José Dari. Dilemas da representação e atuação sindical dos trabalhadores precários. In: RODRIGUES, I. J. (Org.) *Trabalho e ação coletiva no Brasil: contradições, impasses, perspectivas* (1978-2018). São Paulo: Annablume, p. 203-233, 2019.

GONÇALVES FILHO, Anastácio Pinto; RAMOS, Magna Fernandes. Trabalho decente e segurança do trabalhador: análise dos acidentes de trabalho na Bahia no período de 2005 a 2009. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.2/3, jul./set., 2010.

FUNDACENTRO. Manifesto do Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho. 22 de abril de 2024.

LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. *Revista Latinoamericana de Salud*, México, 2, p. 7-25, 1982.

MACHADO, Leila de Fátima; MUROFUSE, Neide Tiemi; MARTINS, Julia Trevisan. Vivências de ser trabalhador na agroindústria avícola dos usuários da atenção à saúde mental. *Saúde Debate*, v. 40, n. 110, p. 134-147, 2016.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIBEIRO, Bruno Chapadeiro. Nexo causal entre trabalho e saúde/doença e o problema das perícias. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* n. 49, 2024. <https://doi.org/10.1590/2317-6369/38622pt2024v49e8>

SANTANA, Vilma; NOBRE, Leticia Nobre; WALDVOGEL, Bernadette Cunha. Acidentes de trabalho no Brasil entre 1994 e 2004: uma revisão. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), p. 841-855, 2005.

SOUZA, Ilan F.; BARROS, Lidiane A.; FILGUEIRAS, Vitor A. *Saúde e Segurança do Trabalho Curso Prático*. Brasília: ESMPU, 2017. ISBN 978-85-9527-020-6.

SOUZA, Luciene Maria de. *As transformações no mundo do trabalho : um estudo sobre a precarização e qualificação profissional dos operadores de telemarketing na cidade de Uberlândia*, MG. Mestrado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

Patrícia Vieira Trópia / Rosemeire Salata / Beatriz Propheta Falleiros / Erik Castro Dantas / Larissa da Silva Fernandes / Lavinia Cristina da Silva Martins / Maria Eduarda Martins Oliveira / Maria Luiza Nunes Gentil / Natália França Gatti Lopes / Pedro Henrique Nunes Gentil / Rafaela Pereira Anelvoi

VENCO, Selma. *Telemarketing nos Bancos: o emprego que desemprega*. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: UNICAMP, 1999.

VENCO, Selma Borghi. Centrais de Teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores? In: MAZZEI, Arnaldo Nogueira et al; ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, p. 153-171, 2009.



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.